



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO DA MESA

MENCIONE-SE
PUBLIQUE-SE
EXPEÇA-SE

17/4/08

Recorreis

**A Sua Excelência
O Presidente da Assembleia da República**

REQUERIMENTO

Nº 333/X (3ª) - AC

DESTINATÁRIO: Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações

TEMÁTICA: Discriminação do Concelho de Barcelos pelo Governo Socialista

SECTOR: Transporte Ferroviário

ASSUNTO: Tarifas ilegais da CP /Fornecimento de Parecer Jurídico
Ausência de resposta do Governo

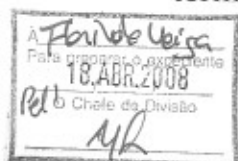
Em 31 de Janeiro de 2008 solicitei ao Governo cópia de Parecer Jurídico sobre tarifário da C.P. e esclarecimentos complementares.

O Governo passados os 30 dias que o Regimento da Assembleia da República impõe, não respondeu ao solicitado, violando as mais elementares regras da vida democrática.

Aliás, segundo estipula o próprio Regimento, quando o "*Governo não responder no prazo fixado, deve comunicar este facto ao Presidente da Assembleia da República, apresentando a respectiva fundamentação também por escrito*".

Ora, nem resposta, nem comunicação, nem fundamentação.

Porque o assunto impõe esclarecimento, repõe-se exactamente nos mesmos termos, a solicitação ao Governo:





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO DA MESA

«Após Reunião mantida com o Senhor Procurador-Geral da República veio-se confirmar, que existem irregularidades não regras do cálculo do preço dos bilhetes.

Essa clarificação da Procuradoria foi transmitida à Senhora Secretária de Estado dos Transportes em 13 de Novembro de 2007 na Reunião da Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicações.

Confrontada com esta evidência a responsável governativa pelo Sector dos Transportes procurou desvalorizar o Parecer da Procuradoria-Geral da República e aduziu que tinha até um Parecer Jurídico que dizia exactamente o contrário.

Nessa reunião fiquei surpreendido com a existência desse Parecer, pois em todo este processo ele nunca havia sido referido.

Disse por isso que gostaria de ter acesso a esse documento e apercebi-me, desde logo, que havia algum embaraço do Governo na publicidade e na forma como foi obtido.

Porém passado este espaço de tempo em que aguardei pacientemente que o Governo tivesse a amabilidade, e porque não dizer disponibilidade democrática, de fornecer o referido Parecer, importa agir.

Isto porque passaram mais de dois meses e do Parecer nem sinais.

Acresce a isto que esta semana nos apercebemos que, dentro do espírito do dever de informação, o Jornal de Barcelos procurou obter formalmente o documento mas os entraves têm sido mais que muitos. Estranha-se e condena-se.

Ora atendendo que a matéria do preço dos bilhetes tem dimensão nacional e deve estar envolvida da maior transparência venho ao abrigo do disposto no artº. 156º da Constituição da República Portuguesa e do nº. 3 do artº. 229º do Regimento da Assembleia da República, requerer ao Ministério das Obras Públicas os seguintes elementos:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO DA MESA

1. *Cópia do Parecer jurídico referido pela Senhora Secretária de Estado dos Transportes e que pretensamente sustenta a política tarifária da CP;*
2. *Que sejam igualmente esclarecidas as seguintes matérias:*
 - a) *A data em que foi solicitado o parecer jurídico;*
 - b) *Quem decidiu o seu pedido;*
 - c) *O seu custo;*
 - d) *Se já se procedeu ao pagamento;*
 - e) *Que entidade suportou os custos.»*

Com os melhores cumprimentos,

O Deputado

(Fernando Santos Pereira)

S. Bento, 17 de Abril de 2008